

Lucro das estatais triplicou em 2017

Por Fabio Graner | De Brasília

O lucro líquido do conjunto das empresas estatais em 2017 mais que triplicou ante os R\$ 4,596 bilhões verificados em 2016. A informação foi dada ao Valor pelo secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Soares. Os dados são preliminares e estão sendo finalizados para o boletim do fechamento do ano sobre as estatais, previsto para sair ainda este mês. Ele lembrou que em 2015 as empresas tiveram prejuízo de R\$ 32 bilhões.

Soares explicou que a forte redução do prejuízo da Petrobras em 2017 e os resultados mais fortes de Banco do Brasil e BNDESPar, além da Caixa Econômica Federal, foram os principais motores desse desempenho melhor do conjunto das companhias federais. O resultado a ser divulgado neste mês considera uma amostragem que representa 95% do patrimônio líquido das estatais e os cinco principais grandes grupos estatais.

O secretário destacou o esforço de ajuste que o governo vem realizando em suas empresas, buscando não só recompor margens de rentabilidade perdida por alguns anos, mas também de aumento na produtividade. Questionado se ao fazer esse tipo de ajuste na administração das empresas o governo não foi longe demais, gerando problemas como as crescentes reclamações sobre o custo da gasolina, vendida pela Petrobras, ou do crédito, fornecido pelo BB, Soares defendeu a necessidade de fazer um movimento mais intenso de ajustamento a partir de 2016 para recuperar a saúde das empresas.

Mesmo assim, o técnico do governo não nega a necessidade de empresas públicas em alguns casos. Nesse sentido, ele destaca o papel dos bancos federais no aumento da concorrência do mercado, mesmo hoje praticando taxas próximas das dos concorrentes. "Como seria o mercado sem esses dois bancos? A situação seria mais grave", disse.

"Mas a experiência recente disse que segurar preços, margens, tarifas, não adiantou e levamos algumas dessas estatais, como Petrobras e Eletrobras, para situação muito grave".

"Acredito que houve ajuste necessário e com o tempo vai se equilibrando. É a natureza da economia. Se você está em situação muito grave, toma medidas muito amargas no primeiro momento até confluir para uma situação estável", disse. "Você ainda está na necessidade de alocação melhor e economia de recursos. Em um segundo momento pode haver uma flexibilização desses elementos", completou, ponderando que o país vive uma situação na qual o Estado tem que ser repensado.

"O Estado-empresário tem que ser uma exceção", defende, ao ressaltar que o processo de privatização e concessão tem como objetivo também reforçar o cenário de crescimento econômico e fazer frente à óbvia "escassez fiscal", em





um ambiente de elevados déficits primários e não há espaço para ficar aplicando recursos públicos.

Para ele, a privatização da Eletrobras é um caso no qual esse entendimento se aplica, dado que, ao invés de colocar dinheiro do orçamento no setor de energia, o dinheiro pode ser direcionado para outras áreas mais urgentes do setor público. "O setor de energia é maduro e extremamente bem regulado pela Aneel, então a gente acredita que o Estado brasileiro pode dar um passo à frente", disse. "A visão de governo é que estávamos preparados para passar a Eletrobras ao setor privado".

Ele lembrou que a empresa ainda é bastante endividada e tem dificuldade de investir, situação que deve ser revertida com o processo de privatização e as iniciativas em

curso como venda de distribuidores e sociedades de propósito específico detidas pela estatal. "Contrariamente ao que estão dizendo por aí, esse movimento vai a médio e longo prazo reduzir as tarifas e os preços de energia", disse. "Porque está aumentando investimento e oferta, que leva a redução de preço", argumentou, indicando que em cerca de cinco anos esse impacto será visto nos preços.

Recentemente a Sest autorizou a Eletrobras a fazer um novo PDV. O secretário ressalta a importância desse tipo de iniciativa de enxugamento de quadro de pessoal no desempenho das estatais. Ele explica que no curto prazo essas medidas até geram despesa para as companhias, uma vez que implicam pagamentos de bônus e salários extras para quem aceita se demitir ou se aposentar, mas a longo prazo

tende não só a reduzir o custo do quadro de funcionários, mas também a elevar a produtividade do pessoal remanescente.

Dados apresentados por ele mostram que até agora, do público-alvo de 50 mil pessoas que os PDVs iniciados em 2016 tinham, quase 27 mil já haviam aderido e efetivado sua saída das empresas do governo federal. O número final, no entanto, será maior, porque há alguns programas do ano passado que ainda não foram concluídos, como os realizados pelos Correios (e que tinha alvo de mais de 5 mil pessoas), ou totalizados, e ainda há três grandes programas neste ano, que ainda não têm resultado final: Caixa e Eletrobrás, em curso, além da Embrapa, que está autorizado pela secretaria, mas ainda não foi finalizado.

Após pressão, Temer anuncia R\$ 1 bi para Rio

DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer (MDB) cedeu à pressão do interventor federal Walter Braga Netto e elevou a previsão de repasses ao Rio.

O Palácio do Planalto anunciou na noite desta segunda (19) que destinará ao estado R\$ 1 bilhão — e não mais os R\$ 800 milhões anunciados mais cedo.

A alteração foi definida em reunião do presidente com os ministros Dyogo Oliveira (Planejamento), Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral).

A avaliação foi de que o valor deveria ser elevado para que o governo não fosse cobrado no futuro por não ter investido na intervenção.

Em reunião com parlamentares, Braga Netto disse serem necessários R\$ 3,1 bilhões para colocar em dia os gastos do estado com segurança pública. Antes da declaração, Temer estimara, durante almoço no Palácio do Itamaraty, que seriam repassados entre R\$ 600 milhões e R\$ 800 milhões.

Segundo ele, serão destinados entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões para o Ministério da Segurança Pública por meio de projeto de lei.

A medida provisória com os recursos para o Rio deve sair na quarta (21). (GUSTAVO

URIBE E TALITA FERNANDES)

GUERRA URBANA »

R\$ 1 bilhão para um rombo de R\$ 3 bi



Braga Netto, o general interventor do Rio: entrega de dados à comissão externa do Congresso, responsável pelo acompanhamento da intervenção no Rio de Janeiro

Responsável pela intervenção no Rio, general Braga Netto, calcula que o deficit para a segurança no estado é pelo menos três vezes maior do que o anunciado pelo governo Temer. Dados foram repassados pelo militar a deputados federais

PAULO DE TARSO LYRA
HAMILTON FERRARI
Especial para o Correio

Mesmo quando finalmente consegue anunciar um orçamento para ações no Rio, o governo segue dando sinais de que a intervenção

federal na segurança pública ainda requer planejamento. No mesmo dia em que o presidente Michel Temer afirmou, durante o Fórum Mundial da Água, que vai disponibilizar entre R\$ 600 milhões e R\$ 800 milhões para o Rio, o interventor, general Braga Neto, informou que há um deficit de R\$ 3,1 bilhões na área de segurança no Estado. O setor teria um passivo (dívidas) de R\$ 1,6 bilhão em gastos feitos em anos anteriores, ainda à espera de pagamento, e cerca de R\$ 1,5 bilhão em ações previstas deste ano. À noite, Temer decidiu definir os valores em R\$ 1 bilhão.

Os dados do general foram repassados a 24 parlamentares, entre eles deputados federais que integram a comissão externa da Câmara dos Deputados que acompanha a execução da intervenção. A discussão sobre o orçamento da intervenção no Rio ocorre cinco dias após a execução da vereadora do PSol-RJ Marielle Franco. O Planalto nega que o anúncio dos recursos seja uma resposta aos ataques que sofreu após a morte de Marielle. Temer disse ontem ter cobrado do general Braga Netto que as investigações sejam concluídas o quanto antes. “Falei inclusive com o general Braga Netto na sexta-feira para enviar todos os esforços e todos recursos disponíveis para logo solucionar essa questão”, completou.

A intenção do governo é, até o fim desta semana, editar uma medida provisória liberando os recursos para a área de segurança pública. E agilizar a aprovação de um projeto de lei no Congresso de reoneração da folha de pagamentos para reequilibrar o orçamento remanejado. O projeto faz parte dos 15 pontos da agenda econômica acertada entre o Congresso e o Executivo para suprir a falta de votação da reforma da Previdência. A estratégia foi confirmada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, em entrevista à CBN. “Aguardamos que seja aprovado o projeto para gerar





fonte de recursos inclusive para a segurança do Rio de Janeiro”, disse ele.

Crítico da falta de planejamento e de orçamento para as forças de segurança no Rio, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), acha possível que o estado receba até R\$ 1,5 bilhão em recursos provenientes da reoneração da folha de pagamentos. Ele confirmou ter recebido, no domingo, uma ligação de Temer com a proposta de atrelar as duas coisas. O presidente disse que o Ministério Extraordinário da Segurança Pública deve receber um aporte de R\$ 3 bilhões. Mas este montante cobriria apenas o déficit anunciado por Braga Netto, deixando o restante do país a descoberto.

Maia reiterou que há necessidade de R\$ 3 bilhões ao longo de 12 meses e que R\$ 800 milhões serão insuficientes. Ele destacou que os contratos de manutenção de carros

estão em atraso desde setembro de 2016 e no interior quem está fazendo a troca de peças das viaturas são os prefeitos.

Articuladores governistas acreditam que o atrelamento da intervenção ao projeto de reoneração da folha poderá ajudar na aprovação da proposta. Aliados do Planalto acham que, dessa forma, a oposição fica sem força para rejeitar a matéria, sob o risco de serem responsáveis pelo fracasso da ação federal no Rio. A engenharia política, contudo, não é simples. O próprio Maia confirmou que o projeto desejado pela equipe econômica enfrenta resistências na Casa. Apenas seis setores teriam desoneração, pelo texto original. “A reoneração tem dificuldades porque mexe com alguns setores que têm boa representação na Câmara. Não dá para ser só os seis setores, porque não tem voto na Câmara, tem que ser baseado naquilo que a gente já estava negociando”, completou.

Hoje, a desoneração da folha de pagamento é dada para cerca de 50 setores da economia e, na prática, reduz os tributos a serem pagos com a folha de pagamento das empresas. O Ministério da Fazenda informou que está negociando a pauta no Congresso, mas o relator da proposta, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), passou a bola para o Executivo. “Estou aguardando a posição do governo”, disse.

A área econômica diverge do parlamentar sobre o projeto, que, na visão dos ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, deveria ser mais duro. O Executivo quer que quatro setores mantenham o benefício da desoneração, mas o relator defende elevar para 15. O deputado alegou que a proposta original do governo não estabelece nenhum critério para a exclusão dos setores.

Governo anuncia leilão de 31 projetos

O governo anunciou ontem o leilão de concessão de sete terminais portuários e de 24 lotes de linhas de transmissão de energia, com investimentos previstos de mais de R\$ 10 bilhões. A 5ª reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) qualificou os 31 novos empreendimentos para dar continuidade aos processos de licitação.

No setor de energia, serão concedidos 24 lotes de linhas de transmissão. A previsão é que o leilão nº 02/2018 vai gerar R\$ 8,83 bilhões em investimentos em diversos estados. Ainda na área de energia, o conselho debateu e aprovou uma resolução sobre o processo de desestatização da Eletrobras, que abre caminho para o presidente Michel Temer editar um decreto incluindo a companhia no Programa Nacional de Desestatização (PND). Não há, porém, previsão de data.

Conforme a resolução, a Eletrobras, o Ministério do Meio Ambiente e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) somarão esforços para avançar com os estudos para a privatização da companhia. O texto também inclui os aposentados da

Eletrobras entre os possíveis compradores das ações.

Na área de logística, sete terminais portuários foram qualificados no PPI, sendo três terminais de combustíveis no Porto de Cabedelo (PB); dois terminais de grãos líquidos no Porto de Santos (SP); e dois terminais no Porto de Suape (PE). O arrendamento desses terminais tem uma estimativa de investimentos que ultrapassa R\$ 1,3 bilhão.

Paralelamente aos novos anúncios, outros projetos do setor portuário já habilitados no programa estão avançando, com editais em vias de sair ou já publicados. Da lista do PPI, três terminais portuários e mais três áreas têm licitações programadas até julho.

A Companhia Docas do Pará, vinculada ao Ministério dos Transportes, publicou, no mês passado, o edital para leiloar três áreas destinadas à armazenagem, envase e distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) no Porto de Miramar, em Belém (PA). Somados, os projetos devem demandar investimentos de R\$ 168 milhões. A disputa por essas áreas, que serão

cedidas à iniciativa privada por 20 anos, está marcada para o dia 6 de abril, na sede da B3, em São Paulo. Vence o certame quem oferecer o maior valor de outorga.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) pretende arrendar, no primeiro semestre, três ativos destinados à movimentação de carga geral: dois no Porto de Paranaguá (PR) e um no Porto de Itaquí (MA). Segundo a Antaq, os editais devem ser publicados ainda nesta semana, permitindo que os leilões aconteçam a partir do fim de junho — pela lei do PPI, os certames só podem ocorrer depois de cem dias do lançamento dos editais.

O PPI completará dois anos em maio e, segundo o governo, passa a ter um portfólio de 175 projetos, sendo que 70 foram entregues. Dos 105 projetos em andamento, 47 estão em fase de estudo; 45, em consulta pública; 9, em análise no Tribunal de Contas da União (TCU); e quatro já estão com o edital publicado. A Secretaria-Geral da Presidência da República estimou que os 70 empreendimentos concluídos vão gerar cerca de R\$ 142 bilhões de investimentos nos próximos anos.